

O APARTIDARISMO DOS PROTESTOS POPULARES NO BRASIL E OS DESLOCAMENTOS DE SENTIDOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Nelson Toledo Ferreira⁴⁸

RESUMO: A proposta do artigo é discutir o emblemático episódio dos protestos apartidários ocorridos no Brasil, em junho e julho de 2013, nas perspectivas da mediação da política e das novas abordagens sobre o conceito de representação. Como metodologia busca-se uma interface teórica entre as mutações dos partidos políticos e o surgimento de formas não eleitorais de representação, que eclodem na sociedade contemporânea, tendo a visibilidade midiática como dispositivo de enfrentamento político. Tais discussões levam às inferências que nos permitem afirmar que ocorre nos dias atuais um deslocamento de sentidos da representação política, cada vez mais atravessados pelos media.

Palavras-chave: Política; partidos políticos; representação política; mídia; protestos.

The non-partisan of the popular protests in Brazil and displacements meanings of political representation

ABSTRACT: This papers suggest to discuss the emblematic episode of non-partisan protests in Brazil, in June and July 2013, on the perspectives of media coverage of politics and new conflicts over the concept of representation that is consolidated in Brazil and other countries. The methodology quest a theoretical interface between the changes of political parties and the emergence of non-electoral forms of representation,

⁴⁸ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, Bolsista Capes; jornalista. Email: neotolledo@hotmail.com

rise in contemporary society, and the media visibility as political confrontation device. These discussions lead to make inferences that allow us to affirm that occurs nowadays a change of meanings of political representation, increasingly restricted by the media.

Keywords: Politics; political parties; political representation; media; protests.

INTRODUÇÃO

Os media assumem, a cada dia, o papel de protagonista da esfera política. As pessoas percebem a sua realidade através dos enquadramentos midiáticos, repercutindo, até mesmo, na construção desta própria realidade. Com o incremento das novas tecnologias de comunicação – digitais e móveis - os embates discursivos nos meios de comunicação travam uma acirrada disputa simbólica entre variadas fontes, de acordo com as perspectivas dos mais diversos segmentos sociais. Com isso, uma multiplicidade de leituras de fatos e acontecimentos traz à cena política versões da realidade, buscando influenciar a sociedade. Cada qual, criando uma versão que mais lhe seja interessante politicamente.

A tradição dos media pautarem a agenda pública e influenciarem a opinião pública e, conseqüentemente, o comportamento e a atitude das pessoas, é focada de forma constante pelos teóricos da Comunicação e de áreas afins, como Sociologia, Antropologia, Ciências Políticas, Linguística, Psicologia e muitas outras. No entanto, recentes fenômenos sociais e políticos, em todo o mundo, vêm reafirmando a apropriação destas ferramentas midiáticas por estes mesmos atores políticos, que no passado, em uma visão frankfurtiana, eram considerados receptores reféns dos meios de comunicação, apesar das inúmeras teorias que foram aparecendo e mostravam que existiam filtros nesta trajetória cognitiva entre emissores e receptores, que acabam interferindo neste processo, como, por exemplo, a cultura.

Os protestos ocorridos no Brasil, nos meses de junho e julho de 2013, ratificaram, de forma plena, este fenômeno do receptor ser simultaneamente produtor de enunciados políticos, complexificando os debates sobre o processo de mediação da política. Esta materialização do discurso político nos ambientes digitais e móveis se faz presente pela interatividade proporcionada aos indivíduos e pela capacidade de produzir notícias, mobilização, conscientização e moldagem da opinião pública, independente do

aporte financeiro, que sempre foi o diferencial entre os cidadãos “comuns” e os que os que detinham o poder da propriedade dos meios de comunicação.

Nos episódios dos protestos, principalmente os ocorridos no ano passado, que tiveram uma maior dimensão midiática, as redes sociais foram emblemáticas no seu poder de aglutinação de força política, agendando manifestações simultâneas em várias partes do país e reforçando um discurso aguerrido de luta política, apesar de muitas críticas quanto à desorganização, ao apartidarismo e, até mesmo, às imputações de fascismo de grupos de extrema direita infiltrados no seio das manifestações.

Nesta perspectiva, vivemos uma reconfiguração do fazer política, impactando principalmente os tradicionais pilares da representação política. O voto digitado nas urnas, a autorização e o *accountability*⁴⁹ ficam em segundo plano e novas abordagens sobre o tema ganham a cena principal, trazendo transformações na sempre conturbada relação entre representantes e representados. Assistimos um momento que grupos diferenciados da sociedade passam a incorporar o papel de mediação entre as inúmeras clivagens sociais e o Estado, por meio de dispositivos bem peculiares, buscando a visibilidade midiática na promoção de novos discursos de enfrentamento.

Almeida (2011) aponta para uma de crise de legitimidade das democracias representativas, que se dá pelos sinais claros de esgotamento da gestão do Estado como agente de valores morais e bens materiais, inclusive nas democracias liberais mais consolidadas: abstenção eleitoral, o esvaziamento dos partidos políticos, presença de lideranças pessoais e plesbicitarias e a desconfiança dos cidadãos na classe política e nas instituições (CHANDHOKE, 2005, ANKERSMIT, 2002 apud ALMEIDA, 2011, p. 36). E neste cenário, surge a necessidade de se repensar a representação política de acordo com a dinâmica da sociedade e suas práticas sociais e políticas. A autora acrescenta que reações da sociedade têm demonstrado que novos atores estão se reinserindo no processo político por meio de organizações não governamentais, movimentos sociais e associações diversas. “(...) a própria representação se recria e, ao se reinventar, demanda novas lentes de compreensão” (ALMEIDA, 2011, p.47).

Apesar de muitos autores discordarem da chamada crise de representação, na medida em que o sistema é adotado na maioria das democracias do Ocidente, e, por

⁴⁹ O termo não tem uma definição exata na língua portuguesa, mas refere-se à palavra inglesa *Account*, que significa orçar, calcular, avaliar. No contexto político, *accountability* tem o sentido de responsividade, prestação de contas.

mais tensões que marquem esse modelo, o mesmo continua sendo o ideal a ser adotado em sociedades complexas (MIGUEL, 2010; BOBBIO, 2000; MANIN, 1997), o fato é que o conceito de representação política vem sendo reconfigurado, nas últimas décadas.

Um fato que chamou atenção durante os protestos ocorridos em junho e julho de 2013 foi a hostilidade com que os manifestantes trataram militantes dos partidos políticos, inclusive chegando ao ponto de queimar bandeiras das legendas em determinados episódios e rejeitá-las de participar dos movimentos, como foi registrado no dia 19 de junho, em algumas das manifestações⁵⁰. No dia 20 de junho de 2013, uma quinta-feira, por exemplo, os protestos marcaram o descontentamento da população em quase todas as regiões do país, umas mais pacíficas, outras mais violentas, chegando a serem realizados em cerca de 150 municípios de forma simultânea. E os meios digitais e móveis foram os condutores desta insatisfação e deste chamamento que ganhou o slogan “vem para rua, vem!”, de forma autônoma, sem que os partidos políticos, centrais sindicais e líderes políticos direcionassem estes protestos.

Nesta disputa de sentidos, os cidadãos acabaram revelando um momento ímpar de se distanciarem dos partidos políticos e construírem suas pautas de reivindicações de forma autônoma, reforçando a necessidade de ocupação de ruas, gabinetes e espaços públicos, exigindo mudanças. Uma pesquisa recente realizada pela Organização Não Governamental (ONG) Transparência Internacional aponta que 81% dos brasileiros definem os partidos políticos como “corruptos ou muito corruptos”. O estudo ainda revela que o Congresso Nacional aparece em seguida entre as instituições mais desacreditadas pela população, com 72%. Para cada 4 em 5 brasileiros, acreditam os partidos são corruptos.⁵¹

Neste cenário, o artigo busca construir uma reflexão sobre como a mediação dos processos políticos pode ser ressignificada, na medida em que produz novos sentidos de enfrentamento, complexificando os debates sobre representação política e criando uma linha de fuga para o tradicional modelo de se fazer política, engendrado pelos partidos e seus líderes. A apropriação dos dispositivos midiáticos estrategicamente por cidadãos, movimentos sociais e associações da sociedade civil, que passam de

⁵⁰ Disponível em: <http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/100000607976/bandeiras-de-partidos-sao-perseguidas-nas-manifestacoes-pelo-brasil.html> Acesso em: 20 junho 2014.

⁵¹ Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/07/130709_transparencia_corrupcao-fl.shtml Acesso em: 28 abril 2014.

consumidores a produtores de enunciados políticos, produz um deslocamento de sentido sobre o processo de mediação da política contemporânea e sobre o próprio conceito de representação política.

1 Os media como dispositivos dos protestos populares

No momento atual, a comunicação se reverte de um fenômeno social e político, resultante do movimento histórico e das relações de poder que se configuram e se reconfiguram de forma dinâmica na sociedade. Os sentidos e os sujeitos estão constantemente em jogo e isso se torna cada vez mais evidente na esfera política, visto que as apropriações de determinados discursos estão em confronto o tempo todo. “As tecnologias da comunicação ampliam o espaço público, mas apenas de modo técnico ou retórico” (SODRÉ, 2006, p.161).

Apesar de muitos estudos teóricos e empíricos (CHADWICK, 2006; SODRÉ, 2006; POPKIN, 1994; GOMES, 2007; LEAL, 2002) revelarem um distanciamento dos cidadãos em relação ao envolvimento com as questões importantes da política, denotando apatia e despolitização constantes, os protestos ocorridos no Brasil, como vem ocorrendo em outras partes do mundo revelam uma indignação dos cidadãos, acumulada de anos, e até décadas, diante de escândalos de corrupção, da crescente desqualificação dos serviços públicos oferecidos pelos governos, da usurpação do poder para interesses particulares de grupos. No país, esta indignação se materializou nas ruas e avenidas de todo o país, quando milhares de pessoas foram às ruas pedindo mudanças. No entanto, ficou o questionamento até que ponto os media foram os dispositivos principais que impulsionaram estas manifestações em várias cidades brasileiras, deflagradas pelo Movimento Passe Livre, em São Paulo, por tarifa zero no transporte público?

Os cidadãos demonstraram uma resposta à política institucionalizada de forma espetacular por meio dos media, como uma estratégia para potencializar a insatisfação de toda a sociedade, sem lideranças políticas, o que resultou em um grande espetáculo midiático que seduziu mais pelas belas imagens estampadas nas manchetes dos principais jornais, telejornais e portais de notícias do país e do mundo, devido à repercussão internacional. O aspecto positivo foi mais a demonstração de força que a pressão popular pode exercer nos circuitos do poder, mas ficou evidenciado a

fragilidade dos protestos sem continuidade e sem o mínimo de organização. Os mesmos se tornaram mais um espetáculo da democracia, mas sem respaldo e desdobramentos políticos efetivos, como foi percebido nos meses seguintes Brasil.

A importância do apoio dos meios de comunicação como condutor destes protestos se evidenciou mais uma vez em 2014 quando o Movimento Passe Livre quis retomar às ruas para comemorar um ano das manifestações, mas o resultado ficou muito aquém do esperado, levando um número ínfimo de participantes⁵². No período, final de junho de 2014, outro grande espetáculo midiático era estampado em todas as mídias do país e do mundo, a realização da Copa do Mundo de Futebol, que retirou todas as atenções dos manifestos isolados ocorridos no país, a maioria, inclusive, contra a realização do mundial no Brasil. Com isso, os brasileiros estavam mais preocupados com os resultados das partidas, com a eliminação das grandes potências europeias do futebol e muito pouco com os manifestos, que perderam sua força de aglutinação e mobilização.

Para entender esta relação entre os campos político e midiático, recorremos a Bourdieu (2007) que aponta que toda sociedade deve ser compreendida como um espaço social, que por sua vez, é subdividido em outros campos, cada qual com suas peculiaridades, na medida em que estes têm suas próprias regras e lógicas. Os limites de cada campo dependem da interface entre eles, a partir de uma perspectiva relacional do espaço como um todo. Trata-se de um campo de forças que impacta os agentes neles inseridos, fazendo-os atuar conforme suas posições, e, com isso, mantendo ou modificando sua estrutura. Com isso, os indivíduos que compõem os campos ocupam várias posições dentro destes espaços, atuando no cotidiano e acumulando determinados tipos de capitais simbólicos, que os permitem participar do jogo político. Neste quadro, são definidos aqueles sujeitos que controlam a produção de sentido e do discurso dos respectivos espaços de atuação.

Os campos da mídia e da política, apesar de suas lógicas e regras próprias, estão em um constante e dinâmico processo de intercessão, criando uma disputa entre seus agentes pelo acúmulo destes capitais simbólicos, que reconfiguram a tradicional noção de política que tínhamos há décadas atrás. Miguel (2002) esclarece que o capital

⁵² Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/nos-jornais-com-apoio-reduzido-ato-anti-copa-tem-depredacoes-e-confrontos/> Acesso em: 20 junho 2014.

político é uma forma de capital simbólico, ou seja, dependente do reconhecimento fornecido pelos seus pares.

(...) mídia e política formam dois campos diferentes, guardam certo grau de autonomia e a influência de um sobre o outro não é absoluta nem livre de resistências. (...) O que se observa é que a visibilidade na mídia é, cada vez mais, componente essencial na produção do capital político (MIGUEL, 2012, pp.167- 169).

Na perspectiva teórica de Bourdieu (2007) existe um condicionamento mental dos agentes que disputam posições e a acumulação de capitais simbólicos dentro destes campos. Estes indivíduos acabam incorporando as regras e as normas dos respectivos campos que atuam em suas práticas sociais, o que Bourdieu denomina de “*habitus*”: uma introjeção de valores que fazem com que os sujeitos desempenhem determinados papéis sociais e estes valores se manifestam, principalmente, em nível discursivo.

Bourdieu (2007) destaca que na medida em que o agente interage com a realidade social, não se torna apenas o resultado de suas determinações, mas também consegue determinar. Ou seja, os sujeitos e a sociedade podem ser considerados estruturas estruturantes e estruturadas ao mesmo tempo. O “*habitus*” seria uma disposição adquirida que faz com que os papéis sociais e condutas na sociedade sejam orientados para determinados fins, independente de ser um processo consciente, uma vez que o próprio jogo nos leva a conhecer suas regras, jogá-las e até improvisar. Com efeito, os campos político e midiático acabam ocasionando interferências entre os agentes que neles atuam reconstituindo o cenário político contemporâneo e naturalizando determinadas práticas que acabam consolidando mudanças no fazer político, que impacta tanto representados como os representantes.

2 A gestão da informação política e seus reflexos na representação

Na medida em que os meios de comunicação vêm se tornando cruciais na configuração do ambiente social e político contemporâneo, os partidos tiveram que investir e aprimorar a gestão da informação política para buscar o enfrentamento neste concorrido mercado político eleitoral, tanto em relação a outros partidos com plataformas, ideologias e siglas tão similares, quanto a estas novas formas de

representação não eleitorais, que emergem na sociedade atual⁵³. O desafio maior para os partidos políticos no Brasil, como em outras partes do mundo, se dá pelo crescente descrédito dos cidadãos em relação aos modelos tradicionais de se fazer política, focados no processo eleitoral, pelos constantes escândalos de corrupção, que depreciam ainda mais o papel dos líderes e partidos políticos na atualidade. “(...) a percepção de que há descrença generalizada nas potencialidades da política institucional se sustenta em vários tipos de evidência, entre as quais se destacam o aumento da abstenção eleitoral, a erosão das lealdades partidárias...” (MIGUEL, 2010, p.225).

Diante deste quadro, podemos afirmar que na sociedade contemporânea, os meios de comunicação transformam-se em amplas arenas de embates discursivos, uma vez que o que é registrado pelos meios é o que passa a existir na realidade. Como se o que não tivesse a visibilidade midiática não existisse e não tivesse importância. Nisso decorre que as representações midiáticas criam um ambiente em que se definem o pensamento, julgamento e ação dos indivíduos na sociedade. Esta proposição é cada vez mais apropriada no cenário político, na construção dos discursos, na geração e gestão de mecanismos de identificação das instituições e líderes políticos com diversos segmentos sociais.

As novas tecnologias apareceram como uma forma de democratizar estes processos, antes fechados em círculos de poder e de influência restrita dos meios massivos comerciais. Atualmente, os meios digitais - internet e seus dispositivos móveis - potencializam a circulação da informação política oriundas de várias fontes em diferentes arenas discursivas, em diversos formatos e conteúdos, democratizando a informação. E nestes novos formatos e conteúdos, os cidadãos comuns e grupos sociais variados aprenderam a se manifestar e fazer valer suas opiniões, o que trouxe um dinamismo às discussões na esfera política.

Os protestos populares ocorridos em junho e julho de 2013 refletiram esta força da política do espetáculo favorecida por estas novas tecnologias de comunicação. As imagens das manifestações no Brasil foram vistas em todo mundo e construíram uma força política que entusiasmou mais e mais pessoas a aderirem aos protestos. Diante da

⁵³ Disponível em: < <http://www.conjur.com.br/2013-jun-17/gastos-campanhas-eleitorais-cresceram-471-dez-anos>>. Acesso em: 14 junho 2014.

cobertura destes episódios, a materialização da insatisfação popular na mídia com belas imagens causou uma comoção nunca vista no país. Eram crianças vestidas de verde e amarelo, jovens enrolados em bandeiras, cartazes, faixas, palavras de ordem entoadas com um patriotismo que chegava a emocionar e a criar comoventes enquadramentos nos telejornais e nas fotos das coberturas jornalísticas. Os partidos políticos, que deveriam ser os principais mecanismos de mediação entre a sociedade e o Estado, ficaram em segundo plano, descartados pelos próprios cidadãos, haja vista a queima simbólica de bandeiras das legendas e dos gritos apartidários das ruas. Mais uma cena ontológica que causava efeitos emocionais neste espetáculo midiático.

Com efeito, há de se considerar que as bases que sustentaram os partidos políticos e suas representatividades começam a perder espaço nesta luta simbólica, deixando de ser tão homogêneas e com demandas comuns. Com isso, os partidos políticos enfraquecem nos seus posicionamentos ideológicos, uma vez que tinham como suporte principal as classes sociais para definições de suas representações políticas, repercutindo nos modelos de sistema político que defendiam.

Trata-se de um fenômeno mundial, inclusive na Europa com a forte tradição dos partidos políticos. Chadwick (2006) lembra que um dos principais argumentos para esta crise partidária é que as sociedades pós-industriais já não contam com classes sociais e grupos homogêneos que deram origem aos partidos nos séculos XIX e XX. “(...) como as sociedades tornaram-se fragmentadas, os partidos políticos tem visto suas bases sociais murcharem ou tornarem-se repletas de clivagens sociais” (CHADWICK, 2006, p.145). O autor ainda reforça que os eleitores são agora muito mais propensos a flutuar livres de identificação partidária. Com isso, as identidades políticas parecem menos fixas, fazendo com que os cidadãos exijam formas mais flexíveis e complexas de expressar diferentes visões políticas e não veem os partidos como os únicos capazes de acomodar tais diversidades ideológicas (CHADWICK, 2006, p.146).

3 Interferências midiáticas no conceito de representação política

Para compreender como o conceito de representação entrou no cenário político é necessário contextualizar com o desenvolvimento histórico das instituições, a interpretação sobre o papel das mesmas na sociedade e o próprio desenvolvimento

etimológico da palavra, como já afirmava Pitkin (1967). Percebe-se que a complexidade do termo é enfatizada pela autora desde o final da década de 60, mas sempre com o vínculo com as transformações das sociedades. O livro de Hanna Pitkin, *The Concept of Representation*, publicado em 1967, nos Estados Unidos, é considerado um marco teórico nestes debates, revelando uma visão inovadora da representação política como uma atividade social, fugindo da noção ortodoxa até então empregada para designar a representação. Tais discussões trazem para nossos debates sobre os protestos populares realizados no Brasil, principalmente, no ano de 2013, leituras diferenciadas sobre o papel cada vez mais incisivo de novos atores políticos no cenário político nacional, que reconfiguram o conceito de representação política.

Observa-se que o foco sobre o conceito de representação se distancia dos paradigmas tradicionais sobre autorização, legitimidade, responsividade, que sempre nortearam as discussões sobre o tema, e é aproximado de questões como visibilidade midiática e opinião pública. Os protestos no Brasil, como em outras partes do mundo, foram emblemáticos na afirmação de que os cidadãos não se sentem representados politicamente e que utilizam os media para mostrar esta insatisfação e pedir mudanças, impactando a opinião pública para suas bandeiras de lutas e reivindicações. Grupos organizados ou não, com ideologias claras ou não, foram às ruas com o apoio de Sindicatos de trabalhadores, organizações não governamentais e até de facções mais radicais que entendem que a luta popular contra o sistema se dá através da violência e do quebra a quebra. Mas tais mobilizações só alavancaram em todo o país pelo impacto midiático operacionalizado pelos grandes conglomerados de comunicação que deram cobertura aos protestos e pela capacidade de articulação destes atores políticos permitida via redes sociais.

Desde a obra *Leviathan*, de Hobbes, em 1651, quando foi aplicada a primeira ideia de representação na teoria política, no sentido da agência legal, autorização de alguém para agir por outro, o termo foi sofrendo atualizações na teoria política, passando pelas revoluções democráticas do final do século XVIII e pelas mutações políticas institucionais do século XX.

(...) o sufrágio, a divisão em distritos e proporcionalidade, os partidos políticos e os interesses e políticas, a relação entre as funções legislativas e executivas. Estas lutas políticas precipitaram um corpo considerável da literatura, sistematizada de tempos em tempos, enriquecida e redirecionada

pela teoria política. Desse material colossal, apenas duas questões conceituais inter-relacionadas podem ser discutidas até aqui: a “polêmica sobre o mandato e a independência” e a relação entre a representação e democracia (PITIKIN, 2006, p.67).

A autora categorizou a representação política em representação formalista, descritiva, simbólica e substantiva. A primeira enfatiza a noção de representação sob duas dimensões: por autorização prévia e por responsividade, ideias estas defendidas inicialmente por Hobbes e pelo modelo liberal, respectivamente. Já a segunda, dá ênfase à relação entre representantes e representados, como se o primeiro espelhasse por meio das semelhanças o segundo. No terceiro caso, leva em conta o significado que o representante tem para aqueles que estão sendo representados. E, finalmente, a representação substantiva refere-se à substância do que é feito, ou seja, são as atividades dos representantes, as ações realizadas em nome e no interesse dos representados, é que são avaliadas. Em todos os casos, observa-se que a representação política ultrapassa o cenário eleitoral para a legitimação do exercício do poder por determinados grupos.

Nesta perspectiva, a concepção de representação política já trazia consigo uma exigência de legitimação construída através de processos de identificação entre os representados com seus representantes, o que exigia medidas eficazes para que ocorressem estes sentimentos de pertencimento dos cidadãos a determinados grupos e não a outros, com demandas comuns, discursos comuns, percepções comuns. Nesta configuração, a opinião pública começa a potencializar sua importância nestes debates, inclusive, favorecida pelas tecnologias de comunicação.

Em meados de 90, Bernard Manin traz contribuições importantes para o tema da representação, fazendo uma análise da evolução das democracias representativas, buscando um denominador comum entre elas ao longo de suas histórias no que se refere à eleição dos representantes pelos governados, à independência parcial dos representantes, à liberdade de opinião pública e às decisões políticas tomadas após os debates. Sua principal crítica recai sobre o processo de seleção dos governantes pelas eleições, o que ele considera um arranjo aristocrático das elites. Manin (1995) traz com sua teoria o debate sobre polêmica de que os meios de comunicação estariam substituindo os partidos políticos na mediação entre representantes e representados, reforçando a importância da liberdade da opinião pública neste processo. Com o autor, é reforçada a chamada democracia da audiência.

(...) Em primeiro lugar, os canais de comunicação política afetam a natureza da relação de representação: os candidatos comunicam diretamente com seus eleitores através do rádio e da televisão, dispensando a mediação de uma rede partidária. A era dos ativistas, burocratas de partido ou “chefes políticos” já acabou. Por outro lado, a televisão realça e confere uma intensidade especial à personalidade dos candidatos. (...) o que estamos assistindo hoje em dia não é a um abandono dos princípios do governo representativo, mas a uma mudança do tipo de elite selecionada: uma nova elite está tomando o lugar dos ativistas e líderes de partido. A democracia de público é o reinado do “comunicador”. O segundo fator determinante da situação atual são as novas condições em que os eleitos exercem o poder. Reagindo a estas mudanças, os candidatos e partidos são ênfase à individualidade dos políticos em detrimento das plataformas políticas (MANIN, 1995, p.22-23).

Com as transformações profundas na sociedade, com algumas características deste novo período, o qual alguns teóricos denominavam pós-modernidade, capitalismo tardio ou sociedade pós-industrial, a ênfase recai sobre uma intensa fragmentação dos segmentos sociais e suas novas bandeiras de lutas, que se impõem no cenário político, embaralhando ainda mais a concepção de representação política. Como já citamos, as bases que sustentaram os partidos políticos e suas representatividades começam a perder espaço nesta luta simbólica, deixando de ser tão homogêneas e com demandas comuns. Com isso, os partidos políticos enfraquecem nos seus posicionamentos ideológicos, uma vez que tinham como suporte principal as classes sociais para definições de suas representações políticas, repercutindo nos modelos de sistema político que defendiam, cenário que se confirma até os dias atuais.

Young (2000), no seu livro *Inclusion and democracy*, traz para o debate uma nova abordagem sobre representação, tendo como foco principal o conceito de “perspectivas sociais”, visando, principalmente, os chamados grupos minoritários que aparecem com mais força no cenário político, como mulheres, negros, homossexuais e outros. Por esta ótica, cada um dos novos segmentos que irrompem no tecido social a partir da década de 90, fruto dos novos tempos, tem perspectivas diferenciadas em relação a algumas temáticas, que são necessárias para serem incorporadas nas discussões políticas dos regimes democráticos atuais. Mais uma vez, os processos midiáticos reaparecem como mecanismos de visibilidade das demandas destes novos segmentos.

Young (2006) aproxima suas análises de uma visão deliberacionista da democracia e da representação política tentando abarcar a inclusão social destes novos

grupos, pois a multiplicidade dos pontos de vistas ampliaria a noção de realidade e contribuiria para o processo democrático.

Numa sociedade complexa e com milhões de pessoas a comunicação democrática consiste em discussões e decisões fluidas, sobrepostas e divergentes, dispersas tanto no espaço como no tempo. O que são relações comunicacionais inclusivas em tais sociedades fluidas, descentralizadas de massa? No contexto dessas sociedades as queixas que apontam o caráter excludente das normas de representação. As pessoas muitas vezes reclamam que os grupos sociais dos quais fazem parte ou com os quais tem afinidade não são devidamente representados nos organismos influentes de decisão, tais como legislaturas, comissões e conselhos, assim como nas respectivas coberturas dos meios de comunicação (YOUNG, 2006, p.140).

Na virada do século XX para o XXI, a discussão sobre representação política reaparece através das instituições representativas como mediadoras entre o Estado e a sociedade, reforçando o papel da esfera pública nos debates. Também neste período começam a aparecer estudos que se concentram na inclusão e exclusão de grupos marginalizados, gerando novas formas de abordagem teórica sobre a representação (FABRINO, 2008; CHADWICK, 2006; YOUNG, 2006). As instituições representativas passaram por mudanças importantes que forçam a inclusão do caráter informal discursivo em uma esfera marcada pelo pluralismo e diversidade, como agentes que se autoautorizam (ONGs, fundações, grupos de interesses) e entidades que representam (fóruns deliberativos, painéis, conferências temáticas).

Nesta revisão histórica, o objetivo não foi discutir detalhes sobre estas teorias e sua validade na formulação dos conceitos de democracia e de representação, mas revelar o papel fundamental e central da mídia e, conseqüentemente, da opinião pública, nestas discussões, que foi ganhando espaços nas últimas décadas. É através da visibilidade midiática, da potencialização da opinião pública e das transformações impactadas pela centralidade da mídia nos processos sociais, econômicos e políticos, que estes debates ganham intensidade, mostrando que os significados de representação política passam a ter novas leituras e perspectivas relacionais. Os protestos populares revelaram de forma muito marcante a importância destes dispositivos propiciados pelas novas tecnologias de comunicação para lançar novos olhares sobre a representação política na atualidade. “Quem representa”, “o que representa” e “como representa” são questões que são atravessadas pelos media em todas as fases do processo de representação política.

Considerações finais

No cenário político atual, os debates sobre representação política são calcados mais nas performances imagéticas e retóricas dos candidatos e partidos do que no modo deliberativo dos conteúdos e doutrinas. Há décadas, novas estratégias comunicacionais vão sendo incorporadas na construção desta interface entre mídia e política, o que impacta o modo de se fazer e de se pensar a política na contemporaneidade. Os constantes deslocamentos de sentidos vão escrevendo novas histórias e novas apropriações por segmentos variados da sociedade como linhas de fuga.

Os protestos populares, que levaram milhões de pessoas às ruas e avenidas do país em 2013, materializaram estes jogos de construção de sentidos nestas implicadas redes de poder político. As manifestações transformaram-se em um fenômeno midiático político, na medida em os meios de comunicação de massa foram dispositivos essenciais para legitimar o movimento como uma grande prática democrática, apesar do incômodo da violência praticada por grupos de esquerda e direita radicais que pregavam a depredação como forma de protesto. Sem a cobertura jornalística dos grandes conglomerados de comunicação e a interatividade proporcionada pelas redes sociais, o movimento do Passe Livre, que surgiu em São Paulo, não teria este impacto e reflexo político em todo o país.

Com efeito, os protestos ocorridos no Brasil podem ser analisados por três aspectos que reforçam esta linha de fuga, resignificando os debates sobre a mediatização da política e a reformulação do conceito de representação política. Outros protestos populares como os ocorridos no mundo árabe contra a ditadura, nos países europeus contra as medidas recessivas e na América Latina quando da eleição do presidente da Venezuela, Nicolas Maduro, dentre outros exemplos revelaram também, apesar de suas peculiaridades históricas e culturais, que a visibilidade midiática pode e deve ser apropriada também pelos cidadãos para potencializarem suas vozes de mudanças e insatisfação. “Da mesma maneira como o vírus “aprendem” a resistir às vacinas, as massas aprendem a jogar com as irradiações que recebem” (GUILHAUME, 1989, p. 138).

A segunda perspectiva refere-se às formas não eleitorais de representação política, que eclodem na sociedade como mecanismos legitimados pelos meios de comunicação de massa para o enfrentamento político contra grupos que detém o poder

institucionalizado. Em uma sociedade midiaticizada, com clivagens múltiplas e com demandas cada vez mais plurais, grupos sociais organizados ou não da sociedade civil utilizam esta visibilidade midiática para potencializar suas vozes e exigir seus direitos em confrontos discursivos mais acirrados, na medida em que a mídia amplia o espaço público de debates. Esta prerrogativa deve suscitar reflexões sobre como os tradicionais partidos políticos e seus líderes se comportam frente a este novo cenário e como podem amenizar estas crises de identificação partidária que se abatem em todo o mundo.

O terceiro aspecto refere-se à política do espetáculo, que traz consigo algumas características positivas de impacto, dramatização, comoção no trato das questões políticas, mas também reforçam questões negativas como o esvanecimento rápido e fugaz destes momentos políticos. O dinamismo informacional dos quadros políticos é tão intenso que a memória torna-se curta demais e os desdobramentos se perdem no meio do caminho. O escândalo de corrupção de hoje se sobrepõe ao de ontem e o espetáculo abre suas cortinas com outros cenários e outros atores, construindo novos sentidos e ressignificando o momento político.

Nestas perspectivas, o apartidarismo dos protestos foi emblemático nestas relações de poder que atravessam a sociedade atual, mostrando metamorfoses importantes que devem gerar novas apropriações de discursos e práticas políticos, tendo como suporte um encadeamento entre a sociedade, mídia e a construção dinâmica de contextos simbólicos, múltiplos e circulares que se abastecem e redesenham o cenário político contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. de; DIAS, M. R. **Propaganda Política e a construção da imagem partidária no Brasil**. Revista Civitas, Vol.2, nº 2, p 309-326, 2002.

ALMEIDA, Débora C. R. **Repensando representação política e legitimidade democrática - entre a unidade e a pluralidade**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CHADWICK, Andrew. **Internet Politics: States, Citizens and New Communication Technologies**. New York: Oxford University Press, 2006.

GOMES, Wilson. **A transformação da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus: 3ª edição, 2007.

GUILLAUME M. **La contagion des passions – essai sur l'exotisme intérieur**. Paris, Plon: 1989.

MANIN, Bernard. **As metamorfoses do governo representativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Anpocs, São Paulo, ano 10, nº 29, 1995. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_01.htm> Acesso em: 10/12/2013.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Representation and deliberation in civil society**. Brazilian Political Science Review, nº2, p.117-137, 2008. Disponível em: <http://www.bpsr.org.br/english/arquivos/BPSR_v2_n2_dec2008_05.pdf.pdf> Acesso em: 15/12/2013.

MIGUEL, Luís Felipe e BIROLI, Flávia (Orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido: a organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PITKIN, Hanna. **The Concept of Representation**. Berkeley, University of California Press, 1967. _____. Representation. In: BALL, Terence; FARR, James;

POPKIN, Samuel L. **The reasoning voter – communication and persuasion in presidential campaigns**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis – afeto, mídia e política**. Petrópolis: Vozes, 2006

URBINATI, N. **O que torna uma representação democrática**. Lua Nova, São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a07n67.pdf>. Acesso em: 20/12/2013

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2002.